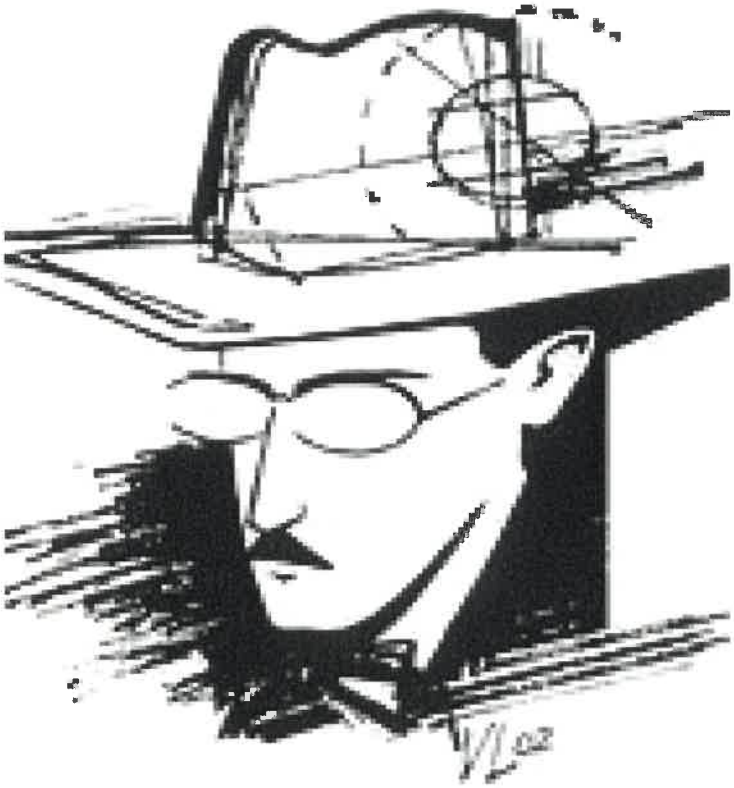
Fundação Ensino e Cultura
"Fernando Pessoa"

Relatório de Gestão
2021



"Tenho em mim todos os sonhos do mundo"

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTUR A "FERNANDO PESSOA"

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais, apresentamos o Relatório de Gestão da **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"**, contribuinte número 502 057 602, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

A Fundação, instituída, em 12 de fevereiro de 1988, por escritura pública, cujo primeiro subscritor e criador do seu património é o presidente do conselho de administração, tem como fins de interesse social: a promoção do ensino e da cultura; o desenvolvimento e a gestão de instituições de ensino superior; o fomento da investigação científica, fundamental e aplicada; a prestação de cuidados de saúde, primários, secundários e terciários, com internamento e em ambulatório.

A Fundação concretiza os seus fins, através da Universidade Fernando Pessoa (UFP), resultante da fusão, em 1994, do ex-Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa com o ex-Instituto Erasmus de Ensino Superior, e reconhecida de interesse público pelo Decreto-Lei nº 107/96, de 31 de julho; através da Escola Superior de Saúde da Fundação Fernando Pessoa (ESS-FP), reconhecida de interesse público pelo Decreto-Lei nº 45/2020, de 23 de julho; e através do seu Hospital-Escola, inaugurado em 4 de dezembro de 2012, e em funcionamento, a partir de Janeiro de 2013.

A Fundação, através da UFP, da ESS-FP e do HE, realiza a sua missão de interesse público e de responsabilidade social, legalmente reconhecida e estatutariamente reconfirmada pelo seu enquadramento oficial na Lei-Quadro das Fundações, e assume o compromisso de contribuir para o incremento da cidadania e para o enriquecimento humano da sociedade, em que está inserida, pelos serviços que lhe presta, tendo a ética individual e organizacional como um imperativo moral, e o conhecimento e competência técnica dos seus recursos humanos como garantia de uma gestão rigorosa, empenhada na sustentabilidade ambiental, na qualidade e empregabilidade dos seus diplomados, na internacionalização e competitividade das formações que disponibiliza; na promoção e educação para a saúde e na prestação de cuidados e

assistência na doença, numa lógica pedagógica e social, alicerçada nas boas práticas dos seus profissionais e na humanização dos serviços.

A apresentação do relatório de gestão anual, para além de constituir um momento de balanço do trabalho desenvolvido, principalmente na vertente económico-financeira, permite, simultaneamente, fazer uma reflexão não só sobre os pontos fortes da atividade da Fundação mas também dos vulneráveis, com vista à assunção de atitudes de mudança, criadoras de motivação e de confiança, para a consolidação e realização de novos projetos.

Os princípios enunciados orientam, desde sempre, a cultura da gestão da Fundação e das suas principais unidades, a UFP, a ESS-FP e o HE, interpretada com rigor pelo seu Conselho de Administração constituído por:

- Salvato Vila Verde Pires Trigo – Presidente
- Maria Manuela Guedes Rombert Soares Trigo – Vice-Presidente
- Nadine Stella Rombert Trigo – Secretária

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021, a que este relatório de gestão diz respeito, foi praticamente todo marcado pela pandemia do SarsCov2, que levou à declaração sucessiva do estado de emergência e/ou do estado de alerta, com as consequentes implicações no sistema de saúde, público e privado, e restrições ao desenvolvimento das atividades económicas e à vida cultural e social do país. Embora o sistema educativo tenha sido também muito afetado pela pandemia, foi-o menos do que outras atividades, graças à alternativa que pôde ser encontrada com o recurso às tecnologias de ensino à distância, particularmente utilizadas no ensino superior, com menor prejuízo para o desenvolvimento das aprendizagens, até então, essencialmente presenciais.

As atividades da Fundação, na área do ensino superior e da prestação de cuidados de saúde, sentiram-se diferentemente, já que, enquanto, na UFP e na ESS-FP, pudemos adequar-nos ao confinamento, recorrendo a sessões letivas, síncronas e assíncronas (*e-learning* e *b-learning*), sem interrupção do calendário escolar, já no HE, por força de medidas governamentais de encerramento de alguns serviços, primeiro, e

do receio gerado na população por uma excessiva, quase intoxicante, mediatização, orgânica e inorgânica, da COVID19, que a levou a protelar necessidades de diagnósticos, de consultas e de tratamentos, depois, registou-se uma quebra considerável de atividade de ambulatório e de internamentos cirúrgicos.

A resiliência do nosso HE e a dedicação e competência dos seus profissionais de saúde, apoiados pelos serviços de gestão e de apoio técnico e administrativo, ficaram publicamente comprovados, à sociedade, quando em pleno pico de internamentos nos hospitais públicos da Região Norte, fomos a primeira instituição de saúde privada, a nível nacional, a responder ao pedido de colaboração do SNS, para recebermos doentes infetados com a COVID19, celebrando, para o efeito, um acordo com a ARSN, não regateando sobre as condições financeiras possíveis que nos foram propostas pelo Governo.

Apesar da imprevisibilidade com que fomos todos obrigados a lidar, as medidas de gestão, que tivemos de adotar, para resistirmos à crise sanitária, económica e social, foram minimamente gravosas e, felizmente, contaram com a compreensão da quase totalidade dos nossos colaboradores, dos nossos clientes e dos nossos fornecedores, o que nos permitiu atenuar os efeitos nocivos da pandemia nos nossos resultados operacionais. Por isso e tal como escrevi, no relatório do ano passado, a vitalidade e o sucesso da Fundação resultam do contributo de todos, os que se dedicaram com lealdade e entusiamo às tarefas administrativas, técnicas, pedagógico-cientifico ou de atendimento e prestação de cuidados de saúde, na UFP, na ESS-FP e no HE tornando-se, assim, merecedores do nosso ainda maior agradecimento pela sua dedicação e profissionalismo.

O presidente do conselho de administração (CA) continua a acreditar que a modernização e o desenvolvimento do país dependerão, cada vez mais, de governos que entendam que só uma iniciativa privada, criativamente empreendedora, dinâmica, ousada, com cultura de risco e inteligência para o controlar, com consciência moral e ética da responsabilidade cívica que lhe cabe, pode sustentar o Estado social inclusivo de todos os cidadãos, sejam empregadores ou empregados, funcionários públicos ou profissionais liberais, membros de órgãos de soberania ou de instituições confessionais. Atacar a iniciativa privada e ver nela empecilho à realização do Estado

social, do Estado de bem-fazer, do Estado provedor e regulador, afinal, do Estado de direito constitucional, é confundir a universalidade dos conceitos com a particularidade das ideias, é não servir o Estado, mas servir-se do Estado.

Uma palavra de reconhecimento merecem também todas as nossas partes interessadas (*stakeholders*), os pais e os alunos, nacionais e internacionais,. A confiança sentimo-la também nos pacientes que, completados que estão nove anos de funcionamento do HE, têm sublinhado a distinção e humanização dos seus espaços, e a qualidade e competência técnica e humana dos seus profissionais.

1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

Enquadramento internacional:

Comparativamente ao ano de 2020, em 2021, apesar de ainda no âmbito da pandemia COVID19, houve um crescimento da atividade, graças ao alívio das medidas restritivas à circulação e ao funcionamento das atividades económicas, em particular no 2º semestre do ano, que manifestaram já uma retoma. A vacinação massiva das populações contra a COVID19 ajudou a diminuir a crise sanitária e a aumentar grandemente os índices de confiança no regresso a uma nova normalidade.

No momento em que redigimos o presente relatório, no primeiro trimestre de 2022, já podemos prever, com alguma segurança, que o enquadramento internacional das atividades económicas, na Europa, espaço de referência responsável pela crescente atratividade de estudantes aos ciclos de estudos da UFP e da ESS-FP, vai ser muito perturbada e vai exigir-nos mais ousadia, para ultrapassar a crise de segurança e a crise alimentar geradas pelo total desrespeito à Carta das Nações Unidas com a invasão e a brutal agressão à Ucrânia pela Rússia, iniciada em 24 de fevereiro e ainda não terminada.

A invasão da Ucrânia pela Rússia e as sanções impostas por vários países provocaram um impacto sobre os preços das matérias primas, os fluxos comerciais e o mercado financeiro, trazendo, de novo, ao nosso espaço comum europeu níveis de inflação a que já não estávamos habituados.

Existe, assim, uma elevada incerteza sobre a evolução deste conflito e sobre as suas implicações efetivas a nível das diversas economias, em particular, a portuguesa.

Enquadramento Nacional

Portugal registou uma recuperação da atividade económica em 2021, tendo atingido um crescimento do PIB de 4,9%. O Programa de Recuperação e Resiliência, aprovado pela União Europeia para ajudar os Estados-Membros a relançarem as suas economias profundamente abaladas pela pandemia COVID19, permitiu iniciar o ano de 2022 com otimismo de crescimento superior, mas a guerra que o presidente da Federação Russa decidiu fazer à nação e ao povo ucranianos baralhou as estimativas económicas com influência direta na elaboração do orçamento de Estado e nas perspetivas de aumento do produto interno bruto e da variação da inflação.

As estimativas de crescimento do PIB de 4,9% e uma taxa de inflação de 4% para 2022 terão sido ainda motivadas pelo otimismo do início do ano, entretanto bruscamente travado pela atitude belicista da Rússia e a marginalidade internacional a que se votou. As consequências mais imediatas da invasão da Ucrânia pela Rússia estão já a ser muito sentidas pela economia portuguesa com o aumento exponencial dos preços da energia, dos produtos alimentares para humanos e animais, das matérias primas e dos equipamentos que importamos, com os consideráveis constrangimentos nas cadeias globais de abastecimento. Acresce uma visível carestia interna de mão-de-obra não só especializada mas também para serviços gerais, que não foi prevenida, porque tal prevenção só pode resolver-se com políticas públicas demográficas devidamente articuladas com fomento, regulação e concertação económica, que persistimos lamentavelmente em adiar. Teríamos gostado de ter encontrado no PRR um eixo dedicado à demografia, já que dela dependem a economia e o desenvolvimento: os países esclarecidos assentam a sua evolução no triângulo estrutural e estruturante da demografia-educação-desenvolvimento.

A guerra, que diariamente nos é relatada em direto e a cores horrendas da malvadez dos invasores que massacram civis e destroem o património da Ucrânia, criou um quadro económico, social e geopolítico de muita imprevisibilidade, sendo que

a concertação das políticas económicas nacional e europeias serão cruciais na mitigação do impacto macroeconómico e assegurar a manutenção de um crescimento sustentado.

A economia portuguesa mantém grandes desafios, para se aproximar dos níveis de bem-estar europeus, mas para lá chegar necessita de um efetivo respeito e confiança mútuos entre o Estado, mais provedor e regulador e menos interventor, e os cidadãos como tais ou em organizações, umas e outros disponíveis para a concertação social e para a definição justa de políticas realistas de produção e de distribuição participada nos rendimentos disponíveis.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

A atividade da Fundação, nas suas duas vertentes, ensino superior, através da UFP e da ESS-FP, e de prestação de cuidados de saúde, através do HE, continuou, no ano de 2021, a ser influenciada por uma conjuntura nacional com os constrangimentos decorrentes das vagas epidémicas COVID 19. Não obstante, nas duas áreas de atuação, o Ensino Superior e a Saúde, a FFP teve um acréscimo na ordem dos 3 %, relativamente a 2020, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais que atingiram quase trinta e três milhões e meio de euros.

O EBITDA atingiu os € 1.490.290,98 e a margem EBITDA foi de 4,28 %. Este desempenho reflete o período difícil, especialmente na área dos cuidados hospitalares, em que, apesar do esforço, a recuperação foi mais lenta, todavia, animada pelo propósito primordial de proteger todos os ativos patrimoniais da instituição, desde logo, com a manutenção dos postos de trabalho dos seus colaboradores.

2.1. UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA e ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE

O ano económico de 2021, a que este relatório diz respeito, para o qual concorrem sete meses (janeiro – julho) do ano letivo de 2020-21 e quatro meses do ano letivo de 2021-22 (setembro-dezembro), foi, para a UFP e para a ESS-FP, um tempo de aumento de candidatos, nacionais e não-nacionais, aos nossos ciclos de estudos de licenciatura, de mestrado-integrado, de mestrado e de doutoramento. No

concernente à atratividade de candidatos estrangeiros, o incremento da procura foi de quase 20%, sobretudo nos cursos da área da saúde. A percentagem total de estudantes estrangeiros (sem contabilizar os estudantes de mobilidade Erasmus) subiu para 45%, consolidando a nossa marca, especialmente no mercado de educação europeu e no mercado brasileiro.

Reforçamos também o corpo docente próprio com a contratação e integração na carreira docente universitária e na do ensino superior politécnico de mais uma dezena de doutorados, além de termos alargado a colaboração de profissionais de saúde para acompanhamento de estudantes em formação prática nas nossas Clínicas Pedagógicas e no nosso Hospital-Escola.

Melhoramos também o pessoal não-docente, designadamente, o de apoio técnico ao funcionamento do FP-I3ID – a nova unidade orgânica de investigação, inovação e desenvolvimento científico da FFP, e do GACE, gabinete responsável pelo apoio à acreditação e avaliação dos ciclos de estudo e pelo SIGC – sistema interna da garantia da qualidade, que foi, em 2021, acreditado por dois anos pela A3ES.

Vimos, também acreditados pela A3ES dois novos doutoramentos – em Ciências da Comunicação e em Estudos Políticos e Humanitários - e três outros novos ciclos de estudo para funcionarem à distância, no ano letivo de 2021-22: a licenciatura em Criminologia e os mestrados em Criminologia e em Ação Humanitária e Cooperação Internacional.

Celebramos também, em 2021, uma parceria, para o desenvolvimento da oferta de formações à distância, com a empresa internacional HEP – Higher Education Partners, especializada em conceção e metodologias de e-learning.

Tendo sido injustificadamente preterida a proposta que apresentámos à A3ES, em outubro de 2019, para abertura do mestrado integrado de Medicina, tendo como hospital âncora o nosso Hospital-Escola, aguardamos, neste momento, a decisão daquela agência sobre o novo projeto que submetemos, em outubro de 2021, que reforçámos com protocolos de colaboração académica com três universidades internacionais, com reconhecida experiência no ensino inovador da Medicina e na formação de médicos, que nos prestarão apoio e consultadoria pedagógica e científica especializada.

Reforçámos também, em 2021, o aumento da investigação e das publicações científicas, com a parceria estabelecida com a associação CEPESE, para sediar na UFP o Centro de Estudos Políticos, Socias e Económicos, afiliando essa unidade com um histórico de pesquisas e de publicações de grande qualidade e importância para a história, para ciência política e para as ciências socias.

Em 2021, investimos e iniciámos a instalação de um novo sistema de informação académica – NONIO – que, neste momento, está a ser concluída para entrar em funcionamento pleno no ano letivo 2022-23, a fim de melhor respondermos à desmaterialização dos processos e registos administrativos e pedagógicos, assim contribuindo para a diminuição da pegada carbónica.

2.2. HOSPITAL UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

A atividade do HE, como já referido em parágrafos anteriores, foi, no ano de 2021, muito pressionada e condicionada pela COVID19, pondo à prova a nossa gestão e cultura organizacional e a indesmentível competência técnica e humana de todos os profissionais do hospital, desde os assistentes administrativos, aos assistentes de ação médica, aos terapeutas, aos enfermeiros e aos médicos.

Além do atendimento normal e urgente dos nossos pacientes e da prestação permanente dos cuidados de saúde às pessoas internadas, quer na Unidade dos Cuidados Continuados Integrados, convencionada com o Estado, nas tipologias de longa duração e manutenção, de média duração e reabilitação e de convalescença, quer no internamento médico e cirúrgico, disponibilizámo-nos para apoiar os pacientes do SNS com camas COVID e não COVID, que a ARSN nos solicitou e protocolou. Os nossos profissionais do HE tiveram, nessa fase aguda do pico de infeções pelo SarsCov2, um comportamento exemplar, que aqui quero elogiar e reconhecer.

O HE foi exposto a uma dura prova, em que ficou aprovado com distinção, como lho fizeram saber as autoridades de saúde com quem colaborámos, designadamente, a senhora Ministra da Saúde, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARSN e dos conselhos de administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa; do Centro

Hospitalar do Médio Ave; do Centro Hospitalar de Entre-Douro-e-Vouga; do Centro Hospitalar de Vila Real e do Hospital de Guimarães.

A comissão executiva de gestão do HE, presidida pelo Diretor Clínico, é merecedora do agradecimento do Conselho de Administração pela forma como, serenamente, reagiu à enorme pressão que esse período COVID exerceu em todos os colaboradores do hospital, a quem queremos também agradecer a sua dedicação e o profissionalismo com que cuidaram dos pacientes.

Devido à pandemia, no último trimestre de 2020, alterámos e ajustámos o modelo de funcionamento clínico do HE, modificando as condições de colaboração dos médicos, prestadores de serviços e avençados.

O conselho de administração está ciente de que tal alteração foi essencial, para a sustentabilidade e a melhoria da prestação dos serviços de medicina e de cirurgia do HE, satisfazendo com maior eficiência a procura. Da mesma forma e devido aos constrangimentos por falhas do sistema de informação médica e administrativa, que se agravaram com a pressão da pandemia, mudamos a plataforma de informação e de gestão clínica, estando em fase de conclusão a instalação do M1 – Medicine One.

Em colaboração protocolada com os Laboratórios BASI e com a empresa Phagecon para o desenvolvimento de ensaios clínicos, criámos no HE o CECLIN – Centro de Estudos Clínicos, cujo coordenador é o Diretor científico, de ensino e de investigação do Hospital-Escola.

A atividade clínica, médica e cirúrgica, do HE beneficiou, em 2021, com a entrada para o quadro do hospital de vários médicos especialistas e com o início de colaboração de cirurgiões, com vista ao reforço e crescimento das atividade cirúrgica do HE. Três serviços merecem aqui um destaque – o serviço de pneumologia, o serviço de psiquiatria e saúde mental, adulta e pediátrica, e a unidade de medicina e cirurgia bariátrica – que dotámos dos meios humanos e dos equipamentos de ponta necessários, para nos irmos afirmando também nestas áreas como um hospital de referência.

O envolvimento e comprometimento de todos, com uma visão de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelo HE como instituição cuidadora, formativa e de investigação, permanentemente atenta às novas exigências técnicas e

humanas dos cuidados de saúde à população, asseguram a simbiose entre a satisfação dos pacientes que recebem cuidados de qualidade e a realização pessoal de todos os profissionais de saúde que os prestam.

As Convenções com o SNS têm vindo a incrementar a atividade de alguns serviços, como a Medicina Física e de Reabilitação (MFR), a Imagiologia e a Gastroenterologia.

3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A FFP, estando numa fase de consolidação do seu processo de integração organizacional, ou seja, o desenvolvimento e implementação dos planos de ação de investimento e de formação dos seus colaboradores, mantém e prossegue o reforço nas suas áreas de atuação, para que possa concretizar o objetivo de gerar condições para um desenvolvimento ainda mais sustentado, potenciando níveis crescentes de melhoria do seu clima organizacional e da prestação dos seus serviços.

Continuou a ser seguida, em 2021, uma estratégia de gestão económica e financeira rigorosa, com vista atingir os objetivos definidos. Racionalizaram-se investimentos e consumos, internalizou-se todo o serviço de manutenção e de apoio técnico especializado, investiu-se ainda mais na formação e na qualidade dos recursos humanos.

3.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas relativas ao exercício de 2021 retratam a situação económica e financeira da Fundação, em regime normal de funcionamento, e apesar do abrandamento económico e das dificuldades individuais e sociais quer a nível nacional quer internacional (a UFP tem uma percentagem considerável de alunos internacionais), as contas refletem um reforço, também ele excecional, dos recursos financeiros da Fundação.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da norma contabilística e de relato financeiro

para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

3.1.1. Rendimentos

O volume total dos Rendimentos atingiu os € 33.469.917,36 ou seja, a Fundação aumentou o seu volume de Proveitos.

Descrição	Ano 2021	Total %	Ano 2020	Total %	%
Prestações Serviços/vendas	32 894 027.50	98.28%	31 697 594.33	97.78%	4%
Subs. Exploração	174 008.77	0.52%	242 087.99	0.75%	-28%
Outras imparidades (reversões)	6.12	0.00%	4.28	0.00%	0%
Out. Rend.e Ganhos	401 874.97	1.20%	476 474.80	1.47%	-16%
Juros, divid.,Out.Rend. Simil.	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0%
TOTAL	**33 469 917.36**	**100.00%**	**32 416 161.40**	**100.00%**	**3%**

Como se pode verificar neste mapa resumo, observa-se um aumento no total de rendimentos de 3% em 2021, por comparação com 2020.

3.1.2. Gastos

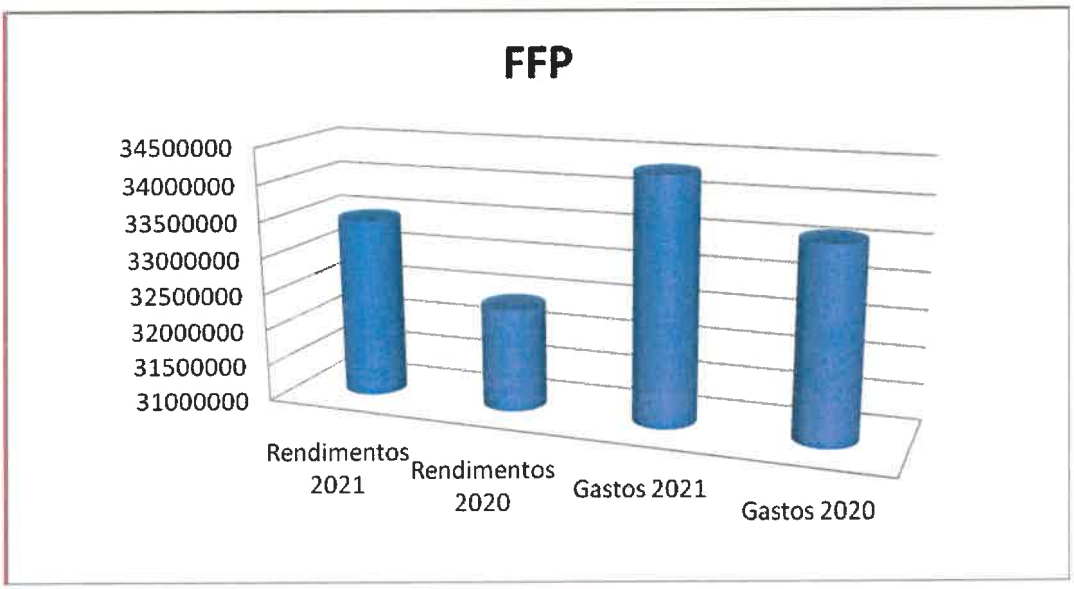
O total de gastos e perdas, no valor de € 34.331.375,16, regista um acréscimo correspondente a 2,14 %, relativamente ao ano anterior.

Embora os Rendimentos tenham crescido percentualmente mais que o total dos Gastos e perdas, não são suficientes para equilibrar o Resultado Líquido do Exercício, tendo-se apurado um resultado antes de impostos negativo de € 861.457,80.

Descrição	Ano 2021	Total %	Ano 2020	Total %	%
C.M.V.M.C.	1 870 729.03	5.45%	1 823 065.65	5.42%	2.61%
Forn.Serv.Externos	8 025 640.13	23.38%	7 088 238.33	21.09%	13.22%
Cust. c/ Pessoal	21 892 647.58	63.77%	22 090 481.36	65.72%	-0.90%
Deprec. Amortizações	1 817 622.11	5.29%	1 836 799.23	5.46%	-1.04%
Perdas por imparidade	0.00	0.00%	4.28	0.00%	-100.00%
Provisões	0.00	0.00%	0.00	0.00%	#DIV/0!
Perdas redução justo valor	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0.00%
Out. Gastos e perdas	247 609.64	0.72%	327 222.73	0.97%	-24.33%
Gast. e perdas financ.	477 126.67	1.39%	446 343.98	1.33%	6.90%
TOTAL	**34 331 375.16**	**100.00%**	**33 612 155.56**	**100.00%**	**2.14%**

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes, quer para o período em análise quer para o anterior.

Resumo Comparativo



4. VARIAÇÃO PATRIMONIAL

Do confronto dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um Resultado Liquido negativo *de 861.958,32€,* conforme mapa abaixo.

RUBRICAS	2021	2020
Rendimentos	33 469 917 ,36	32 416 161,40
Gastos	- 34 331 375,16	-33 612 155,56
Resultado antes de impostos	- 861 457,80	-1 195 994,16
Imposto sobre o rendimento do período	**- 500,52**	**- 328,75**

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2021 foi, obviamente difícil, e apesar da boa gestão implementada e demonstrada, obteve-se um resultado negativo.

O rácio da autonomia financeira, face ao balanço de 2021 atinge 29%; por outro lado, o rácio da solvabilidade é de 41 %.

5. GASTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal podem ser analisados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2021
Nº Trabalhadores	874
Gastos com Pessoal	21.892.647,58

Além dos funcionários contratados, a Instituição conta também com prestadores de serviço independentes (docentes e prestadores de serviços na área da medicina,

entre outros), cujo valor de Honorários, ascende a €1.680.955,01, e com subcontratos que totalizam € 2.040.238,01.

6. RELAÇÃO DO INVESTIMENTO

No ano de 2021, registou-se um investimento total de 317.405,09 €, distribuído pelas várias rubricas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, conforme quadro abaixo:

Relativamente aos ativos Intangíveis em curso, referimo-nos, à implementação e desenvolvimento do novo sistema informático Medicineone no Hospital Escola.

Ativos

Descriçao	2021	2020	% no Total
Ativos Intangivéis em curso	109 816.38	0.00	0.00%
Ativos Fixos Tangivéis			
Edifícios e Outras Construções	12 486.39	96 360.44	-87.04%
Equip. Básico	169 021.86	125 596.60	34.58%
Equip. Administrativo	15 345.08	5 209.48	194.56%
Outras activos tangíveis	10 735.38	838.83	1179.80%
TOTAL	**317 405.09**	**228 005.35**	**39.21%**

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA FUNDAÇÃO

A Administração considera que os resultados obtidos pela Fundação, em 2021, apesar de inferiores aos estimados para o ano, devido a circunstanciais únicas na economia nacional e na vida das pessoas, reforça o empenho, a resiliência e a força para enfrentar o ano de 2022 com mais capacidade para iniciar um novo ciclo de reforço da atividade assistencial, pedagógica e social.

O ambiente de incerteza que se vivemos, tudo indica que será um ano de transição, de recuperação económica e maior competitividade.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Á data não são conhecidos quaisquer outros eventos com impacto significativo ou materialmente relevante nas decisões económicas tomadas com base nas presentes Demonstrações Financeiras.

10. VARIAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA DO PERÍODO

Pelo exposto, a variação patrimonial líquida negativa do período espelhou-se em € 861.958,32.

Proposta da aplicação dos resultados: A Administração propõe que o resultado negativo seja aplicado na incorporação nos Fundos Patrimoniais.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação do presente Relatório de Contas, ocorre num momento em que começávamos a ver com esperança a saída dos tempos confinados da pandemia e a retoma das nossas atividades e rotinas. A invasão da Ucrânia pelo exército russo reduziu-nos, porém, essa esperança, pelo que o ano de 2022 não será ainda o da tão almejada normalidade.

Estamos preparados para enfrentar mais um ano desafiante e intranquilo, pelo reforço da nossa cultura organizacional e pela reafirmação da nossa qualidade institucional e dos serviços que prestamos. Reforçámos também a qualidade da gestão, com a entrada em funções no conselho executivo da Fundação dum novo administrador financeiro e dos recursos humanos, ainda no primeiro trimestre do ano de 2022.

Se o ano de 2021, sobretudo no HE, foi de lenta recuperação dos níveis de atividade e de procura do equilíbrio do balanço financeiro da Fundação, onde a atividade de ensino e de formação, na UFP e na ESS-FP continua a ser manifestamente positiva, esperamos que o ano de 2022, apesar do contexto internacional perturbador, seja o do regresso a maiores e mais qualificados rendimentos, para podermos melhorar os salários e investir mais na investigação científica e nas políticas sociais da extensão comunitária, em especial das Clínicas Pedagógicas da UFP e da ESS-FP.

Totalmente convencido de que o melhor capital de uma instituição é o humano, continuaremos a valorizar e a compensar o nosso importante ativo de colaboradores da Fundação, porfiando sempre por que interiorizem de que fazem parte de uma comunidade humana, que se aperfeiçoará tanto mais quanto todos nos empenhemos lealmente na sua continuidade e, portanto, no nosso futuro.

O conselho de administração continuará a fazer o seu trabalho mas a continuidade e o futuro da comunidade pessoana precisa de todas as partes interessadas, internas e externas.

Bem hajam todos os que, usufruindo honestamente dos seus direitos, cumpriram, mais um ano, os seus deveres, pois, só assim o projeto da Fundação Fernando Pessoa, nas suas duas vertentes principais – o ensino superior e a prestação de cuidados de saúde- poderá continuar a fazer o seu caminho com total segurança e sempre com uma perspetiva clara de consolidação.

Porto, 28 de Abril de 2022

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 Dezembro 2021

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1.	Identificação da Fundação	03
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	04
3.	Principais políticas contabilísticas alterações nas estimativas contabilísticas e erros	04
4.	Ativos fixos tangiveis	14
5.	Ativos intagiveis	17
6.	Custos dos empréstimos obtidos	19
7.	Inventários	21
8.	Rendimentos e gastos	22
9.	Provisões, passivos contigentes e ativos contigentes	23
10.	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	24
11.	Instrumentos financeiros	25
12.	Contas Caixa e depósitos à ordem	32
13.	Beneficios de empregados	32
14.	Acontecimentos após a data do balanço	34
15.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	34
16.	Outras divulgações	35

Exercício Económico de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa" foi constituída em 12 de Fevereiro de 1988 e tem a sua sede na Praça Nove de Abril no Porto. A sua atividade principal é o ensino superior, e a secundária é atividades em estabelecimentos de saúde com internamento, prática médica de clinica especializada e em ambulatório.

NIF: 502 057 602

CAE Principal: 85420

CAE Secundário: 86100 / 86220 / 56290

Conselho de Administração:

Presidente: Salvato Vila Verde Pires Trigo – NIF 129 057 444;

Vice-Presidente: Maria Manuela Rombert Soares Trigo – NIF 144 964 864;

Vogal: Nadine Stella Rombert Trigo – NIF 192 100 220.

Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal: Arménio Antunes Belo da Silva - NIF 114 609 241;

Vogal do Conselho Fiscal: José Manuel de Pinho Alves Coelho – NIF 192 549 553;

Vogal Relator do Conselho Fiscal: Rui de Sá Pereira da Silva – NIF 161 257 909;

ROC: PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda – NIF 510 143 210, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 268 representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1414;

ROC Suplente: Maria Daniela da Silva de Sousa Freitas Lickfold da Silva – NIF 190 976 802, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1489.

Contabilista Certificado:

Teresa Maria Ferreira da Graça Porto – NIF 164 663 479, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados nº 47326.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2021 as demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo o Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, e de acordo com os mesmos pressupostos do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÌSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, NCRF-ENSL, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, e do desempenho (resultados).

Pressupostos:

Regime do acréscimo
Continuidade das operações

Características qualitativas da informação financeira:

Compreensibilidade

Relevância

Materialidade

Fiabilidade

Representação fidedigna

Substância sobre a forma

Neutralidade

Prudência

Plenitude

Comparabilidade

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da Linha Reta em conformidade com o período de vida útil.

Ativos fixos tangíveis

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método da Linha Reta, e as vidas úteis e método de reintegrações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos no exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que existam, ou reconhecidas as suas reversões até o limite das perdas por imparidade registadas.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registado como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é a quantia que se obteria com a alienação do ativo numa transação com entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor do uso é o valor presente dos fluxos de caixa que se esperam do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão por perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Contudo a reversão é efetuada até ao limite da quantia da perda por imparidade que estaria reconhecida (liquida de amortizações/depreciações).

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as correspondentes depreciações acumuladas, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros e outros gastos incluídos no valor das rendas, e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável liquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio das saídas, em sistema de inventário permanente.

Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes estejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, neste caso são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.
As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em divida não será recebido, tendo em conta as

informações de mercado no incumprimento de responsabilidades, histórico de saldos vencidos e não recebidos e eventuais processos de acção judicial.

As perdas por imparidade são ajustadas com reforços reconhecidos como gastos no período, ou reversões resultantes do recebimento total ou parcial dos montantes em divida, como rendimentos do período.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

- Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que estejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento acontece quando houver lugar a sua liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, a prazo e a outros depósitos bancários cujos valores possam ser mobilizados sem risco significativo de alteração do seu valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e quando existam limitações na sua movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Provisões

As provisões são reconhecidas e revistas na data do balanço, apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como obrigações possíveis ou obrigações presentes, resultantes de acontecimentos passados, quando não é provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos, e sejam incertos e não totalmente controlados.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem de eventos não planeados ou outros esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, e devem ser divulgados no anexo. Quando a sua realização for certa, então o seu reconhecimento deve ser efetuado.

Regime do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" e "Diferimentos".

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, refletindo eventuais descontos concedidos.

Subsídio do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios são reconhecidos como rendimentos na rubrica "Subsídios à exploração" no próprio período em que são suportadas as diversas despesas aprovadas no orçamento de cada um dos projetos de investigação em curso. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis

são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. Na Fundação Fernando Pessoa, temos a contabilização do subsídio nos fundos patrimoniais, referente ao financiamento pelo QREN, no âmbito do programa ON2-FEDER, da Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola, tendo sido reconhecido um gasto no período em análise no montante de 61 857,63€.

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) foi calculado à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, é tido em conta ao somatório dos Rendimentos Globais (IRS – Artigo 53º) mais Incrementos Patrimoniais Gratuitos, menos os Custos Comuns e Benefícios Fiscais, ao qual é aplicada a referida taxa de imposto.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e do Seguro de Saúde nos termos previstos com os gastos de acção social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e

tratados de acordo com o anteriormente referido. Contudo no caso dos contratos de trabalho que cessem até ao final do período seguinte, estão a ser processados e pagos os proporcionais dos subsídios de férias no próprio período. Relativamente ao subsídio de natal, também estão a ser processados e pagos os proporcionais independentemente do tipo de contrato de trabalho.
Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos Subsequentes

A deflagração em 2020 da doença da Covid-19, classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de Março, teve um enorme impacto económico global e com repercussões nos anos seguintes. A situação epidemiológica tem verificado uma evolução positiva em Portugal.

Regista-se uma tendência e um número de internamentos em enfermaria e em unidades de cuidados intensivos estáveis, num contexto de elevada cobertura vacinal.

Desta forma passou-se à situação de alerta, até às 23:59 h do dia 5 de maio de 2022, em todo o território de Portugal continental, considerando os critérios epidemiológicos de gestão da pandemia da doença COVID-19 e a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, o País encontra-se numa situação que permite deixar fixar as regras relativas à realização de testes de diagnósticos de SARS-CoV-2, passando os mesmos a ser determinados pela Direção-Geral da Saúde.

Contudo as incertezas que ainda existem designadamente a duração da pandemia e das medidas decretadas para a suster, a data da retoma global e as mudanças que se irão verificar no tecido económico e social, continuam a não possibilitar uma avaliação apropriada de todas as consequências da situação, em particular e como se menciona na nota 13. deste Anexo, do efeito financeiro negativo que irá ser evidenciado nas demonstrações financeiras de 2021, e, expectavelmente, nas de anos seguintes.

No dia 24 de Fevereiro de 2022, Vladimir Putin anunciou o início de uma "operação militar" na Ucrânia. O exército Russo invadiu várias fronteiras registando-se a primeiras explosões destruindo prédios públicos, residências e bases militares.

O aumento da inflação, abrandamento do consumo e investimento e instabilidade dos mercados financeiros são alguns dos efeitos esperados no atual cenário de guerra. Quedas dos índices bolsistas e aumentos dos preços do petróleo e dos cereais, são apenas uma primeira amostra do impacto que a economia mundial pode sofrer num cenário de guerra e sanções económicas de larga escala. Portugal, embora com uma exposição reduzida às economias russa e ucraniana, não conseguirá, escapar às consequências negativas do conflito.

Em conformidade com a avaliação global efetuada às medidas em curso e planeadas, e atendendo à situação económica e financeira da Entidade, ao seu historial e à vontade dos Administradores, concluímos a continuidade operacional da entidade, pressuposto em que são apresentadas as contas de 2021, está salvaguardada no curto / médio prazo.

b) Outras políticas contabilísticas

- Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação. Em 2021 utilizamos a taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos, para valorizar a quantia disponível em fundo de maneio, que ascende 138,00 USD (122,12€).

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

- Juízos de valor críticos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a entidade adotou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

I) Gastos estimados por acréscimo: Remunerações de férias e subsídio de férias, imposto municipal sobre imóveis, seguros a liquidar, subcontratos e honorários referentes a serviços médicos, honorários de docência, trabalhos especializados e outros gastos como conservação e reparação, comunicação, eletricidade, gás, água, etc.;

II) Gastos a reconhecer: Seguros liquidados, licenças de software, quotizações e outros serviços;

III) Rendimentos estimados por acréscimo: Propinas e subsídios à exploração dos diversos projetos de investigação e desenvolvimento em curso na Universidade, assim como rendimentos relacionados com a atividade hospitalar na Unidade de Cuidados Continuados, internamento na Unidade de Longa Duração e cirurgias realizadas em 2021, cuja faturação ocorrerá em 2022;

IV) Rendimentos a reconhecer: Propinas pagas no exercício económico em análise e subsídios à exploração de alguns projetos em curso;

V) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram:

- Acréscimo de gastos das remunerações de férias, subsídio de férias e respetivos encargos contributivos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, o que perfizeram o montante total de 2.795.301€;
- Acréscimo de gastos referente a subcontratos, essencialmente de empresas que prestam serviços médicos que ascendeu 222.283€ e honorários de prestadores de serviços, tais como professores, médicos, enfermeiros e outros no valor total de 65.101€;
- Acréscimo de rendimentos relativamente ao Hospital Escola que se cifra em 405.590€;
- Acréscimo das propinas por receber no período de 2021, no valor total de 291.493€;
- Acréscimo de rendimentos referentes aos subsídios de exploração que perfazem um montante de 41.609€;
- Diferimento de propinas recebidas em 2021, que dizem respeito ao exercício de 2022 no montante de 4.752.774€;

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do setor não lucrativo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros reconhecidas nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da Fundação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adotado pela Fundação (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente exceto quando a alteração resulta em informação mais fiável e relevante.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas estão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospetivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospetivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Neste exercício não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais no período em apreço.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Enquadramento da política

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual, tradicionalmente nulo, e os duodécimos no ano de aquisição e no ano de alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	6 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, os abates, as amortizações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020-12-31	Adições	Regularizações	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	2021-12-31
Activos Fixos Tangíveis							
Terrenos e Rec. Naturais	1479 289.44 €				- €		1479 289.44 €
Edificios e Out. Construções	44 069 641.29 €	12 486.39 €			- €		44 082 127.68 €
Equip. Básico	12 285 569.84 €	169 021.86 €	- €				12 454 591.70 €
Equip. Transporte	349 484.30 €	- €	- €		- €		349 484.30 €
Equip. Administrativo	1873 003.25 €	15 345.08 €	- €				1888 348.33 €
Outros activos tangiveis	179 039.00 €	10 735.38 €	- €		- €		189 774.38 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	60 236 027.12 €	207 588.71 €	- €	- €	- €	- €	60 443 615.83 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis							
Edificios e Out. Construções	16 011 323.94 €	1 115 527.40 €			- €		17 126 851.34 €
Equip. Básico	8 123 255.64 €	623 670.44 €	- €				8 746 926.08 €
Equip. Transporte	349 484.30 €	- €			- €		349 484.30 €
Equip. Administrativo	1819 119.78 €	15 415.79 €	- €				1834 535.57 €
Outros Activos Tangiveis	69 742.94 €	12 550.02 €	- €		- €		82 292.96 €
Total Depreciações Acumuladas	26 372 926.60 €	1 767 163.65 €	- €	- €	- €	- €	28 140 090.25 €
ACTIVO FIXO TANGIVEL LÍQUIDO	33 863 100.52 €		- €				32 303 525.58 €

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito dos projetos de investigação em curso, financiados por entidades externas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021, a Fundação não adquiriu novos bens e equipamentos para os projetos de investigação em curso, e foram depreciados os bens adquiridos em anos anteriores da seguinte forma:

Descrição	2020-12-31	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	2021-12-31
Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	52 445.27 €	266.91€		- €		52 712.18 €
Equip. Administrativo	17 334.15 €	313.34 €				17 647.49 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	**69 779.42 €**	**580.25 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**70 359.67 €**
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	37 915.78 €	4 100.93 €				42 016.71€
Equip. Administrativo	15 861.36 €	968.27 €				16 829.63 €
Total Depreciações Acumuladas	**53 777.14 €**	**5 069.20 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**58 846.34 €**
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	**16 002.28 €**					**11 513.33 €**

O mapa abaixo evidencia o investimento na Unidade de Cuidados Continuados, por rubricas de ativo e respetivas depreciações:

Descrição	2020-12-31	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	2021-12-31
Activos Fixos Tangíveis - Unidade de Cuidados Continuados						
* Edificios e Outras Construções	1639 085.23					1639 085.23 €
*Equip. Básico	321900.09 €					321900.09 €
*Equip. Administrativo	17 988.92 €					17 988.92 €
*Outros Ativos	38130 €					38130 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	**1 979 355.54 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**1 979 355.54 €**
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Edificios e Outras Construções	245 854.36 €	41027.89 €				286 882.25 €
Equip. Básico	124 030.76 €	20 644.64 €				144 675.40 €
Equip. Administrativo	14 078.18 €	391.07 €				14 469.25 €
Outros Ativos	38130 €					38130 €
Total Depreciações Acumuladas	**384 344.60 €**	**62 063.60 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**446 408.20 €**
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	**1 595 010.94 €**					**1 532 947.34 €**

Observações complementares: Foi celebrado em 31 de Agosto de 2011, um contrato de financiamento ao abrigo do QREN (ON2-FEDER) com o objetivo de financiar as obras da Unidade de Cuidados Continuados, correspondente ao 3º piso do Hospital Escola, no valor de 2.016.683€, com uma comparticipação de 70%, ou seja 1.411.678€. O valor investido rondou 1.999.005€, e foi financiado no montante total de 1.399.303€, totalmente recebido.

Anualmente, estão a ser imputadas as depreciações dos equipamentos e reconhecida a regularização da quota-parte subsidiada, conforme divulgação na nota 3 e nota 10 deste Anexo.

Observações: A FFP no ano de 2021, celebrou dois contratos de fornecimento de software e prestação de serviços:

1- Projecto de implementação Software M1 no Hospital Escola, contrato celebrado em 10.08.2021 com a empresa Medicineone;

2- Projecto de implementação de licença de programa de computador de gestão académica NONIO, contrato celebrado em 11.10.2021 com a empresa XWS.

Em relação ao contrato mencionado no ponto 1, visa implementar e instalar um novo software de gestão hospitalar e descontinuar o sistema de gestão atual.

Pelo fornecimento do software e prestação dos serviços de implementação o custo de aquisição rondará 77.113€ + IVA. Assim como a FFP suportará um custo mensal, referente à utilização das licenças da solução M1, que será determinado em função do volume de licenças utilizadas, que se estima num valor de 12.937€ + IVA.

Para além do custo do contrato inicial, serão considerados no investimento a adjudicação de prestação de serviços da empresa Incentea no valor de 11.907€ + IVA.

A 31.12.2021 foi investido um total de 70.007€ (IVA incluído).

Relativamente ao contrato descrito no ponto 2, trata-se da aquisição de um software não exclusivo e perpétuo, para fazer fase às necessidades de gestão e tesouraria da Universidade. O custo de cedência da licença e prestação de serviços foi definido no valor global de 132.500€ + IVA, e à semelhança do contrato anterior, a FFP terá um custo adicional pela adjudicação de prestação de serviços da empresa Incentea no valor de 8.379€ + IVA.

A 31.12.2021 foi investido um total de 39.809€.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2020	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31-12-2021
Activos Intangíveis						
Direito de superficie	250 000.00 €					250 000.00 €
Propriedade Industrial	260 015.93 €					260 015.93 €
Programas de Computador	206 091.41 €					206 091.41 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	**716 107.34 €**	- €	- €	- €	- €	**716 107.34 €**
Amortizações Activos Intagíveis						
Direito de superficie	125 000.00 €	25 000.00 €				150 000.00 €
Programas de Computador	170 735.36 €	25 404.40 €				196 139.76 €
Propriedade Industrial	259 437.12 €	54.06 €				259 491.18 €
Total Amortizações Acumuladas	**555 172.48 €**	**50 458.46 €**	- €	- €	- €	**605 630.93 €**
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	**160 934.86 €**					**110 476.43 €**

Dispêndios com bens ativos intangíveis no âmbito dos projetos de investigação em curso financiados por entidades externas

Os ativos intangíveis são registados inicialmente pelo custo. A mensuração subsequente dos ativos intangíveis assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021, a Fundação não suportou qualquer valor de aquisição de ativos fixos intangíveis, relativos a projetos de investigação em curso.

Descrição	2020-12-31	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	2021-12-31
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	**3 876.29 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**3 876.29 €**
Depreciações Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
Total Amortizações Acumuladas	**3 876.29 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**3 876.29 €**
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Programas de computadores	6
Direito de superfície	10
Propriedade industrial	40

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.
Foi reconhecido o direito de superfície em 2016, como ativo intangível, no valor de 250 000,00€ de acordo com o protocolo assinado com o Município de Gondomar, que prevê a Instalação do Hospital-Escola, sobre o terreno em que é propriedade o Município de Gondomar com uma área de 15000 m2, pelo período de 50 anos e prorrogável, desde que se continuem a verificar os pressupostos da sua constituição, por períodos iguais e sucessivos de 20 anos.

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito de investimentos em curso

Descrição	2021-12-31	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	2021-12-31
Activos Fixos Intangíveis						
Software M1	- €	70 007.05 €		- €		70 007.05 €
NONIO	- €	39 809.33 €				39 809.33 €
TOTAL ACTIVO FIXO INTANGÍVEL BRUTO	- €	109 816.38 €	- €	- €	- €	109 816.38 €

6. Custos dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Gastos e perdas de financiamento	2021-12-31	2020-12-31
Juros suportados		
Juros de financimento	447 928.14 €	412 332.67 €
Juros de leasing	28 769.89 €	32 043.22 €
Outros gastos e perdas de financiamento	50 325.65 €	47 810.14 €
Total	527 023.68 €	492 186.03 €

O Governo em 2020 aprovou a possibilidade de algumas entidades, que estejam a ser afectadas pela pandemia sars cov 2, beneficiarem de moratórias bancárias e flexibilização de pagamentos, desde que não existam dívidas tributárias ou relativas a contribuições sociais, conforme previsto no DL nº 10-J/2020 de 26 de Março 2020. A FFP aderiu a esta medida junto das instituições de crédito e desta forma verificou-se uma quebra nos gastos de financiamento. Contudo esta medida foi prorrogada até Setembro de 2021. A sua adesão originou a capitalização dos juros vencidos durante a vigência da moratória tendo sido ajustado o valor do novo capital em divida, que se cifrou nos montantes de 50043.40€ + 5477.39€, referente aos contratos Nº 00100264321 e nº 0010027086 respectivamente, ambos com o banco BPI S.A.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

	2021-12-31	2020-12-31
Instituições de crédito:		
Montepio Geral nº 173.06.100013-1	10 946 164.97 €	10 940 512.53 €
Montepio Geral nº 173.06.100014-9	- €	- €
Montepio Geral nº 173.06.100056-3	400 000.00 €	500 000.00 €
Conta caucionada - MG nº 17330100043	2 680 000.00 €	2 980 000.00 €
Empréstimo CGD nº 0091002690092	- €	210 000.00 €
Empréstimo CGD nº2508004709691	500 000.00 €	500 000.00 €
Livranças CGD / MG	556 200.00 €	1492 500.00 €
Leasing´s	952 713.25 €	964 586.87 €
Adiantamentos / Factoring	1237 661.59 €	869 349.40 €
Total	17 272 739.81€	18 456 948.80 €

Descrição do passivo corrente e não corrente, assim como os montantes em divida, referente aos financiamentos obtidos:

Financiamentos	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito	4 946 811.03 €	10 135 553.94 €	15 082 364.97 €	5 933 869.34 €	10 689 143.19 €	16 623 012.53 €
Leasing´s	263 522.33 €	689 190.92 €	952 713.25 €	100 856.46 €	863 730.41€	964 586.87 €
Adiantamento/Factoring	1237 661.59 €	- €	1237 661.59 €	869 349.40 €	- €	869 349.40 €
Total	6 447 994.95 €	10 824 744.86 €	17 272 739.81€	6 904 075.20 €	11552 873.60 €	18 456 948.80 €

Instituições de Crédito e Socied. Financeiras	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Montepio Geral 132-4	10 880.50 €	- €	10 880.50 €	28 789.70 €	10 880.52 €	39 670.22 €
Montepio Geral 133-2	21 299.41 €	36 236.94 €	57 536.35 €	20 930.20 €	57 536.35 €	78 466.55 €
Montepio Geral 136-5	11 403.42 €	47 837.50 €	59 240.92 €	- €	- €	- €
BPI Leasing (Ct. 0010026431)	185 355.50 €	496 357.71 €	681 713.21 €	43 612.75 €	656 155.33 €	699 768.08 €
BPI Leasing (Ct. 0010027086)	34 583.51 €	108 758.76 €	143 342.27 €	7 523.81 €	139 158.21 €	146 682.02 €
TOTAL	263 522.33 €	689 190.92 €	952 713.25 €	100 856.46 €	863 730.41 €	964 586.87 €

7. Inventários

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	2021-12-31			2020-12-31		
	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia liquida	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia liquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	391934.83 €		391934.83 €	425 214.01€		425 214.01€
Mercadorias	126 074.88 €		126 074.88 €	123 985.73 €		123 985.73 €
TOTAL	518 009.71 €	- €	518 009.71 €	549 199.74 €	- €	549 199.74 €

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 detalha-se conforme segue:

Movimentos	2021-12-31		2020-12-31	
	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo
Saldo inicial	123 985.73 €	425 214.01 €	126 627.23 €	391 404.87 €
Compras	10 553.00 €	1 884 819.78 €	8 184.76 €	1 868 920.71 €
Regularizações	- 4 579.56 €	- 60 413.34 €	- 1 961.22 €	- 24 833.40 €
Saldo final	126 074.88 €	391 934.83 €	123 985.73 €	425 214.01 €
Gastos no exercício (CMVMC)	13 043.41 €	1 857 685.62 €	12 787.48 €	1 810 278.17 €

Relativamente ao total do custo das matérias-primas consumidas está incluído o montante de 32.616,87€ que corresponde à regularização interna do IVA liquidado em função do número de refeições servidas no internamento hospitalar. Ou seja a Fundação Fernando Pessoa está enquadrado no regime de IVA com afetação real, pelo que deduzimos o IVA nas aquisições de matérias-primas e outros bens e serviços referentes ao refeitório do HE, que está também disponível ao público em geral. Simultaneamente são servidas refeições nos serviços de internamento, que por sua vez não é faturado IVA, porque são prestação de serviços no âmbito da saúde.

8. Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.
Em sede de Prestação de Serviços: o rédito é reconhecido na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período 2021 e 2020:

	Rubricas	2021-12-31	2020-12-31	Variação	%
71	Vendas	10 073.81 €	11 021.67 €	- 947.86 €	-8.60%
72	Prestação Serviços	32 883 953.69 €	31 686 572.66 €	1 197 381.03 €	3.78%
	Total 71 e 72	**32 894 027.50 €**	**31 697 594.33 €**		
75	Subsidios a exploração	174 008.77 €	242 087.99 €	- 68 079.22 €	-28.12%
76	Reversões de perdas por imparidade	6.12 €	4.28 €	1.84 €	42.99%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	401 874.97 €	476 474.80 €	- 74 599.83 €	-15.66%
791	Juros obtidos	- €	- €	- €	
	Total Rendimentos e ganhos	33 469 917.36 €	32 416 161.40 €	1 053 755.96 €	3.25%

Quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecidos durante o período 2021 e 2020:

	Rubricas	2021-12-31	2020-12-31	Variação	%
61	C.M.V.M.C.	1870 729.03 €	1823 065.65	47 663.38 €	2.61%
62	Forn.Serv.Externos	8 025 640.13 €	7 088 238.33	937 401.80 €	13.22%
63	Cust. c/ Pessoal	21892 647.58 €	22 090 481.36	- 197 833.78 €	-0.90%
64	Deprec. Amortizações	1817 622.11€	1836 799.20	- 19 177.09 €	-1.04%
65	Perdas por imparidade	- €	0.00	- €	#DIV/0!
66	Perdas redução justo valor	- €	4.28	- 4.28 €	-100.00%
67	Provisões do período	- €	0.00	- €	#DIV/0!
68	Out. Gastos e perdas	197 712.63 €	281380.68	- 83 668.05 €	-29.73%
69	Gast. e perdas financ.	527 023.68 €	492 186.03	34 837.65 €	7.08%
	Total Rendimentos e ganhos	34 331375.16 €	33 612 155.53 €	719 219.63 €	2.14%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

PROVISÕES MENSURADAS:

- Processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2011 no valor total de 362.723,88€ (inclui juros compensatórios). O processo aguarda a designação de dia para inquirição de testemunhas arroladas pelas partes;
- Processo de pagamento de uma indemnização solidária por danos patrimoniais e não patrimoniais, ao Sr. Carlos Barbosa, por alegada negligência médica em cirurgia feita pelo Dr. Paulo Amado no montante de 22.726,64€. O processo aguarda a elaboração de relatório de perícia médico-legal;
- O processo no âmbito do contrato de cedência da titularidade dos direitos às convenções com SNS para exames de gastrenterologia e de radiologia e para exames e tratamentos de fisioterapia, por parte da empresa Lifefocus, Ld, no valor de 30.000,01€. Em 19.04.2018 para sentença foi julgada a ação procedente. O processo está em recurso;

- E o processo judicial em curso, no valor total de 50.001,00€ que corre seus legais termos pelo Juízo Central Cível do Porto – Juiz 5 por alegada negligência médica cuja Autora Estela Amaral vem pedir indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais.

Relativamente aos passivos e ativos contingentes no período em apreço:

- Decorre um processo em tribunal cujo impugnante é a Fundação e o impugnado a Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de causa de 844.091,23€ referente à impugnação contra a liquidação adicional de IRC (que inclui juros compensatórios) do exercício de 2010. Há probabilidade efetiva de obterem ganho de causa. Aguarda a realização de prova pericial.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Subsidio ao investimento não reembolsável:

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31-12-2020	Depreciação no período	Saldo Final 31-12-2020
Subsídio Unidade Cuidados Continuados	1 016 424.23 €	61 857.63 €	954 566.60 €
Total	1 016 424.23 €	61 857.63 €	954 566.60 €

Observações: Este subsídio teve impacto nos resultados uma vez que o equipamento em causa está afeto à Unidade de Cuidados Continuados, e apesar de ter obtido o licenciamento em Agosto de 2014, só no exercício de 2015 começou a ter o seu uso pleno, tendo-se iniciado o registo da depreciação dos ativos tangíveis nesse ano. Até 31 de Dezembro de 2021 a conta 593 (Subsídios ao Investimento) foi debitada no total de 444.736,12€, valor este que corresponde às depreciações acumuladas dos ativos tangíveis. Conforme nota 4, a Fundação beneficiou de um subsídio ao investimento inicial da Unidade de Cuidados Continuados.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos ou são efetivamente recebidos no período em apreço, e que a Fundação cumprirá ou cumpra as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios à exploração

Descrição	2021-12-31 Demonstração de resultados	2020-12-31 Demonstração de resultados
Programa Erasmus	24 270.02 €	13 712.01 €
PTDC/ECI-EGC/7244	3 603.70 €	0.00 €
CIÊNCIA VIVA	1 110.00 €	0.00 €
AICCOPN	144.50 €	0.00 €
PTDC/SAU-SER/30388/2017	0.00 €	1 998.83 €
HARDLEVEL	16 800.00 €	23 025.00 €
Loockcrim	62 567.94 €	40 224.73 €
HALLIBURTON	0.00 €	0.00 €
AppGeneration	12 000.00 €	12 000.00 €
Investigação criativa	0.00 €	9 669.38 €
CLOUDWARE	12 000.00 €	4 387.83 €
ERASMUS 2020-1-HU01-KA203	4 551.02 €	0.00 €
Sub. Inst. Form. Prof. Emprego	36 961.59 €	137 070.21 €
Total	**174 008.77 €**	**242 087.99 €**

Observações: Os subsídios à exploração são considerados como rendimento do exercício, pois visam compensar gastos incorridos no período e tendo em conta ao princípio do acréscimo, os valores registados são independentes do recebimento ter ocorrido no período.

Na rubrica subsídios do Instituto de Formação Profissional e Emprego inclui os apoios à manutenção dos postos de trabalho, na consequência das medidas de apoio previstas devido à pandemia sars cov 2 (apoio à família) e os subsídios de estágios profissionais.

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de fundo patrimonial noutra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

a) dinheiro

b) um instrumento de fundo patrimonial de outra entidade

c) um direito contratual:

- de receber dinheiro ou outro ativo financeiro

- de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis

d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo de patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

a) uma obrigação contratual:

- de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro

- de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis

b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a entregar um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

Instrumento do fundo patrimonial é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, incluindo empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, encontrando-se registados ao custo.

Os instrumentos do fundo patrimonial da fundação são reconhecidos, pelo método do custo, aquando da emissão de tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos do fundo patrimonial.

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

a) Cotação de mercado

Investimentos Financeiros - Qt 102 - Nexponor, S.A.	2021-12-31	2020-12-31
Cotação	0.36 €	0.30 €
Valor contabilístico	36.72 €	30.60 €
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

Investimentos Financeiros - Qt 3129 - BES	2020-12-31	2019-12-31
Cotação	0.0001€	0.0001€
Valor contabilístico	0.31€	0.31€
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

11.3 Quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o total dos fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2021	31-12-2020
Fundo patrimonial	11 176 223.67 €	11 176 223.67 €
Reservas reavaliação:		
DL 31/98 DE 11/02	- €	- €
DL 44/91	- €	- €
DL 294/92	- €	- €
Outros excedentes antes impostos	- €	- €
Reservas:		
Reservas legais	709.05 €	709.05 €
Reservas livres	13 471.91 €	13 471.91 €
Resultados transitados	607 123.64 €	1 803 446.55 €
Outros variações fundos patrimoniais:		
Subsídios	954 566.60 €	1 016 424.23 €
Doacções	19 510.27 €	18 868.27 €
Variação líquida exercício	- 861 958.32 €	- 1 196 322.91 €
Total	**11 909 646.82 €**	**12 832 820.77 €**

11.4 Dívidas da entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Fornecedores/outras contas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de fornecedores/outras contas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2021			31-12-2020		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total
PASSIVOS						
Fornecedores	897 880.01€		897 880.01€	966 243.86 €		966 243.86 €
Adiantamentos de clientes	35 298.08 €		35 298.08 €	- €		- €
Outros passivos correntes:	4 243 734.43 €		4 243 734.43 €	4 098 135.79 €		4 098 135.79 €
* Fornecedores Investimentos	25 420.96 €		25 420.96 €	35 260.99 €		35 260.99 €
* Credores por acréscimo gastos	3 246 704.50 €		3 246 704.50 €	3 089 980.27 €		3 089 980.27 €
* Pessoal	4 118.49 €		4 118.49 €	4 072.12 €		4 072.12 €
* Outros credores	967 490.48 €		967 490.48 €	968 822.41€		968 822.41€
Total do Passivo	5 176 912.52 €	- €	5 176 912.52 €	5 064 379.65 €	- €	5 064 379.65 €

Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2022	>1 ano e=5 anos	>5 anos	Total
BPI Leasing (Cont. 0010026431)	185 355.50€	385 637.45 €	110 720.26€	681 713.21€
BPI Leasing (Cont. 0010027086)	34 583.51€	108 758.76 €	- €	143 342.27€
Montepio Geral 173.44.000133-2	21 299.41€	36 236.94 €	- €	57 536.35€
Montepio Geral 173.44.000132-4	10 880.50€	- €	- €	10 880.50€
Montepio Geral 173.44.000136-5	11 403.42€	47 837.50 €	- €	59 240.92€
Total	263 522.34€	530 633.15 €	110 720.26€	952 713.25€

Passivos financeiros

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
*Financiamentos obtidos:						
**Montepio Geral	810 611.03 €	10 135 553.94 €	10 946 164.97 €	251369.34 €	10 689 143.19 €	10 940 512.53 €
**Locações Financeiras	263 522.34 €	689 190.91€	952 713.25 €	100 856.46 €	863 730.41€	964 586.87 €
**Outros	5 373 861.59 €	- €	5 373 861.59 €	6 551849.40 €	- €	6 551849.40 €
Passivo Total	**6 447 994.96 €**	**10 824 744.85 €**	**17 272 739.81 €**	**6 904 075.20 €**	**11 552 873.60 €**	**18 456 948.80 €**

Diferimentos (Passivos)

Descrição Diferimentos	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
Rendimentos a reconhecer:						
*Anuidades	4 752 774.44 €	- €	4 752 774.44 €	3 716 344.80 €	- €	3 716 344.80 €
*Subsidios para Investimento	52 309.63 €	- €	52 309.63 €	48 022.71€	- €	48 022.71€
*Outros rendimentos a reconhecer	1764.00 €	- €	1764.00 €	6 049.00 €	- €	6 049.00 €
Total	**4 806 848.07 €**	**- €**	**4 806 848.07 €**	**3 770 416.51 €**	**- €**	**3 770 416.51 €**

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto s/ o rendimento	500.52 €	- €	500.52 €	- €	- €	- €
Retenções de impostos s/ rendimentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
* Trabalho dependente	447 262.00 €	- €	447 262.00 €	418 948.00 €	- €	418 948.00 €
* Trabalho independente	30 186.28 €	- €	30 186.28 €	28 054.20 €	- €	28 054.20 €
* Rendimentos prediais	7 500.00 €	- €	7 500.00 €	7 500.00 €	- €	7 500.00 €
* Sobretaxa	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto s/ valor acrescentado	11949.99 €	- €	11949.99 €	13 259.15 €	- €	13 259.15 €
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	839 210.99 €	- €	839 210.99 €	784 631.41 €	- €	784 631.41 €
Total Passivo	**1 336 609.78 €**	**- €**	**1 336 609.78 €**	**1 252 392.76 €**	**- €**	**1 252 392.76 €**

11.5 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Rubricas	31-12-2021			31-12-2020			
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Activos financeiros reexpress	Total
ACTIVOS							
Créditos a receber	2 760 311.73 €		2 760 311.73 €	2 585 759.70 €		- €	2 585 759.70 €
Estado e outros entes públicos	97.83 €		97.83 €	133.175 €		- €	- €
Outros ativos correntes	747 911.84 €		747 911.84 €	301648.28 €		- €	301648.28 €
* Devedores por acréscimo de rendimento	738 692.99 €		738 692.99 €	263 956.48 €		- €	263 956.48 €
* Outros Devedores	9 218.85 €		9 218.85 €	37 691.80 €		- €	37 691.80 €
Total Activo	**3 508 321.40 €**	**- €**	**3 508 321.40 €**	**2 888 739.73 €**	**- €**	**- €**	**2 887 407.98 €**

Descrição	2021-12-31	2020-12-31
Adiantamento Fornecedores	47.79 €	387.25 €
Total	47.79 €	387.25 €

Ativos financeiros

Descrição	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Outros activos financeiros	- €	37.03 €	37.03 €	- €	30.91€	30.91€
Fundo Comp. Trabalho	- €	272 183.40 €	272 183.40 €	- €	205 250.39 €	205 250.39 €
Activos Total	- €	272 220.43 €	272 220.43 €	- €	205 281.30 €	205 281.30 €

Diferimentos (Ativos)

Descrição Diferimentos	2021-12-31			2020-12-31		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Gastos a reconhecer:						
*Seguros	60 939.80 €	- €	60 939.80 €	67 272.02 €	- €	67 272.02 €
*Licenças	8 714.80 €	- €	8 714.80 €	15 066.50 €	- €	15 066.50 €
*Outros gastos a reconhecer	75 278.58 €	- €	75 278.58 €	84 234.81€	- €	84 234.81€
Total	144 933.18 €	- €	144 933.18 €	166 573.33 €	- €	166 573.33 €

12. Contas caixa e depósitos à ordem

Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta.

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Saldos de caixa e equivalentes

	31-Dez-21	31-Dez-20
Caixa	76.974,41	26.102,65
Depósitos à ordem	3.923.883,22	3.982.090,61
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	4.000.857,63	4.008.193,26

Observações complementares

Os valores de caixa dizem respeito a numerário.

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

13. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento;

b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;

c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos;

d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Em 2021, devido a pandemia sars cov 2, o Governo criou medidas de apoio á manutenção dos postos de trabalho, tais como layoff, teletrabalho, apoio à família entre outros. Uma vez que A FFP foi afectada por esta pandemia e recorreu a estas medidas de apoio, tendo recebido alguns subsídios conforme mencionado na nota 10 deste Anexo.

Gastos com Pessoal Totais	2021-12-31	2020-12-31
Remunerações Pessoal	17 789 932.48 €	17 656 369.61 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3 911 707.23 €	3 845 844.62 €
Indemnizações	54 083.29 €	428 677.96 €
Outros gastos	136 924.58 €	159 589.17 €
Total	**21 892 647.58 €**	**22 090 481.36 €**

O número médio de trabalhadores em 2021 foram 874, sendo 3 o número de membros dos órgãos de Administração. Contudo o Presidente da Administração não aufere qualquer remuneração.

Gastos com Orgãos de Administração	2021-12-31	2020-12-31
Remunerações	110 648.96 €	107 608.82 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	20 818.29 €	21 935.85 €
Outros gastos	- €	- €
Total	**131 467.25 €**	**129 544.67 €**

14. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço e até à data de autorização para emissão (presente data) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço foram refletidos nas demonstrações financeiras.

Tal como se menciona na nota 3.1. do Anexo, há a destacar a ocorrência em 2020, e que se mantém em 2021, a pandemia da Covid-19, com graves e materiais consequências na atividade da empresa e cujo efeito financeiro não é possível estimar, devido às incertezas atuais aí apontadas, agravadas pela invasão da Rússia na Ucrânia.

15. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	**31-Dez-21**	**31-Dez-20**
Revisão legal de contas	12.316,67€	11.000,00€
Iva 23%	2.832,83€	2.530,00€
Total	**15.149,50€**	**13.530,00€**

16. Outras divulgações

16.1 Divulgação de partes relacionadas

a) Erasmo – Empreendimentos Educativos, Lda – NIF 502 227 001

Transação e saldos pendentes a 31.12.2021:

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasmo, Lda	735 000.00 €	- €	- €

Em 17 de Junho de 2011 a sociedade Erasmo-Empreendimento Educativos, Lda, emprestou à Fundação Ensino Cultura Fernando Pessoa a quantia 900 000,00€. No ano de 2021 não houve qualquer transação .

16.2 Outras divulgações consideradas relevantes

Não existem divulgações a considerar.

Porto, 30 de Abril de 2022

A Administração:

A Contabilista Certificada n.º47326:

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 40.968.209 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.909.647 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 861.958 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

SEDE
R. 5 de Outubro 2825, Lj 8 | 4430-804 Avintes, V. N. Gaia
TLF. 227 835 498 | FAX. 227 871 380 | paft@paft-sroc.pt

ESCRITÓRIO ESTARREJA
R. D. MANUEL I, 1º -EB | 3860-366 Estarreja
SROC nº 268 | Capital Social 5200 euros | NIPC nº 510 143 210

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

SEDE
R. 5 de Outubro 2825, Lj 8 | 4430-804 Avintes, V. N. Gaia
TLF. 227 835 498 | FAX. 227 871 380 | paft@paft-sroc.pt

ESCRITÓRIO ESTARREJA
R. D. MANUEL I, 1º -EB | 3860-366 Estarreja
SROC nº 268 | Capital Social 5200 euros | NIPC nº 510 143 210

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

V. N. Gaia, 13 de maio de 2022

PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA
SROC N.º 268

PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda. (SROC nº 268)

Representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira (ROC nº 1414)

SEDE
R. 5 de Outubro 2825, Lj 8 | 4430-804 Avintes, V. N. Gaia
TLF. 227 835 498 | FAX. 227 871 380 | paft@paft-sroc.pt

ESCRITÓRIO ESTARREJA
R. D. MANUEL I, 1º -EB | 3860-366 Estarreja
SROC nº 268 | Capital Social 5200 euros | NIPC nº 510 143 210

AT
autoridade
tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de PORTO-3 - [3360]

CERTIDÃO

Manuel Raul Pereira Teixeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-3.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 26 de Julho de 2022.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: FUNDACAO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA
NIF: 502057602

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 502057602
Cód. Validação: BMUT7ZLRDFNJ

O Chefe de Finanças,

(Manuel Raul Pereira Teixeira)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W 320

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL I.P.
CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte FUNDACAO ENSINO CULTURA FERNANDO PESSOA

Firma/Denominação FUNDACAO ENSINO CULTURA FERNANDO PESSOA

N.º de Identificação de Segurança Social 20004443719

N.º de Identificação Fiscal 502057602

N.º da Declaração 029303067ASCD22

Data de emissão 2022-08-03

FUNDACAO ENSINO CULTURA FERNANDO PESSOA
PC NOVE ABRIL 349
PORTO
4249-004 PORTO

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social

Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20004443719

Código de Verificação - GN2X9REG7D2NJ8Q

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.
Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

CENTRO DISTRITAL DO PORTO • RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262 • 4199-001 PORTO
Fax: 300 520 520 • www.seg-social.pt

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2022.08.03 16:47:28 WEST

Certidão Permanente

Código de acesso: 7852-1387-8776

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 502057602
Firma: FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO
Sede: Praça Nove de Abril, n.º 349
Distrito: Porto Concelho: Porto Freguesia: Paranhos
4249 004 PORTO
Objecto: 1. A Fundação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de promoção da educação e do ensino; da cultura e da investigação cientifica; da formação profissional e corporativa; da saúde pública. 2. São ainda finalidades da Fundação: a educação para a saúde e a prestação de cuidados de saúde; a proteção ambiental e a extensão comunitária.
CAE Principal: 85420-R3
CAE Secundário (1): 86100-R3
CAE Secundário (2): 86220-R3
CAE Secundário (3): 56290-R3

TRANSITOU PARA O REGISTO DE FUNDAÇÕES EM 2020 / 01 / 01.
Forma de Obrigar: Pela intervenção do Presidente do Conselho de Administração ou do Vice-Presidente na ausência do Presidente.
Prazo de duração dos(s) Mandato(s): até final do mandato 2019/2020
Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente

Nome: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente

Nome: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Vogal

Nome: PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA
NIF/NIPC: 510143210
Cargo: Vogal Revisor Oficial de Contas

Nome: MARIA DANIELA DA SILVA DE SOUSA FREITAS LICKFOLD DA SILVA
NIF/NIPC: 190976802
Cargo: ROC suplente

Nome: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal

Nome: JOSE MANUEL DE PINHO ALVES COELHO
NIF/NIPC: 192549553
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal

Nome: RUI DE SA PEREIRA DA SILVA
NIF/NIPC: 161257909
Cargo: Vogal Relator do Conselho Fiscal

Conservatória onde se encontram depositados os documentos: Conservatória do Registo Comercial do Porto - 1ª Secção
Corresponde à anterior matricula nº 26/19941116 na Conservatória do Registo Comercial do Porto - 1ª Secção

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 **Ap.43,44/19941116 - CONSTITUIÇÃO/INSTITUIÇÃO DE PCUP E DESIGNAÇÃO DE ORGÃOS SOCIAIS**

SEDE: Praça Nove de Abril, nº 349
Distrito: Porto Concelho: Porto Freguesia: Paranhos
4200 PORTO
OBJECTO: FINS: a) a criação e a administração de instituições de ensino superior, primacialmente nas áreas das ciências da informação e da empresa; b) a promoção da investigação científica fundamental e aplicada, naquelas ou em outras instituições, quer através de apoios a projectos autónomos quer da concessão de bolsas de estudo a nacionais ou estrangeiros; c) o patrocínio à ralização de colóquios, seminários, conferências, debates e outras manifestações científicas e culturais que visem a promoção do ensino e da cultura; d) a organização de cursos breves de reciclagem, de formação recorrente e de divulgação da cultura e da língua portuguesa no âmbito dos estudos da diáspora que constituirão um dos sectores priveligiados da sua intervenção; e) a colaboração com outras entidades ou instituições prossigam os mesmos fins; f) a procura de um relacionamento priveligiado e intenso com os países de língua oficial portuguesa, organizando cursos ou eventos culturais que visem o estudo e a dignificação da presença de Portugal no mundo.

Órgãos Sociais:

Estrutura da direcção: *** CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Constituído por três ou cinco administradores.
Forma de obrigar: Intervenção do Presidente do Conselho de Administração.
Estrutura da fiscalização: CONSELHO FISCAL: composto por três membros designados pelo Conselho de Adminstração, para um mandato de três anos, renovável.

PATRIMÓNIO: É constituído por um capital inicial de 2.000.000$00, provenientes de dotações dos fundadores; constituirão, ainda, património da Fundação os bens que, a quaquer título, venha a adquirir, bem como os legados, heranças, donativos ou subsídios que lhe sejam concedidos com esse fim.

Nomeado(s):

Prazo de duração do(s) mandato(s): 2003 a 2005

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Salvato Vila Verde Pires Trigo
Cargo: Presidente; Estado civil: casado
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, nº 113 - Porto

Maria Manuela Guedes Rambert Soares Trigo
Cargo: Vice-Presidente; Estado civil: casada
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, nº 113 - Porto

Nadine Stella Rambert Trigo
Cargo: Secretária; Estado civil, solteira
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, nº 113 - Porto

Extracto actualizado da ficha, das inscrições 1 e 2.

1 Conservatória do Registo Comercial do Porto - 1ª Secção
O(A) Adjunto(a) do Conservador, António Manuel Simões

Av.1 **AP. 10/20060120 - RECONDUÇÃO DE ORGÃOS SOCIAIS**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Prazo de duração do(s) mandato(s): 2006/2008
Data da deliberação: 05 de Dezembro de 2005

1 Conservatória do Registo Comercial do Porto - 1ª Secção
O(A) Conservador(a), Maria Isabel Peres

An.1 20060208 - Publicado em 20060208 no site http://www.mj.gov.pt/publicacoes

1 Conservatória do Registo Comercial do Porto - 1ª Secção
O(A) Conservador(a), Maria Isabel Peres

Insc.2 AP. 42/20090220 13:19:58 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: Salvato Vila Verde Pires Trigo
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, n.º 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: Maria Manuela Guedes Rombert Soares Trigo
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, n.º 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: Nadine Stella Rombert Trigo
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Secretária
Residência/Sede: Rua Eng. Machado Vaz, n.º 180 H 16-1
4250 - 271 PORTO

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio - 2009/2011
Data da deliberação: 18 de Dezembro de 2008

Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Conservador(a) Auxiliar, Pedro Jorge Vidal Pires Genésio

An. 1 - 20090223 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Conservador(a) Auxiliar, Pedro Jorge Vidal Pires Genésio

Insc.3 AP. 36/20110727 12:39:58 UTC - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Artigo(s) alterado(s):

Artºs 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º

DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA
SEDE: Praça Nove de Abril, n.º 349
Distrito: Porto Concelho: Porto
4249 - 004 PORTO
Fins: 1. A Fundação tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de promoção da educação e do ensino; da cultura e da investigação cientifica; da formação profissional e corporativa; da saúde pública. 2. São ainda finalidades da Fundação: a educação para a saúde e a prestação de cuidados de saúde; a proteção ambiental e a extensão comunitária.
Património social: Capital inicial de 9.975,96€, actualmente o património da Fundação inclui também os bens móveis e imóveos e os equipamentos construídos e adquiridos para o funcionamento da Universidade Fernando Pessoa

Estrutura da fiscalização: CONSELHO FISCAL: composto por três membros, ou, FISCAL ÚNICO.
Duração dos mandatos: 2 ANOS.

Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Escriturário(a), Rosa Maria Antunes Machado

An. 1 - 20110728 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Escriturário(a), Rosa Maria Antunes Machado

Insc.4 **AP. 56/20120206 15:44:10 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, n.º 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, n.º 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Secretária
Residência/Sede: Rua Eng. Machado Vaz, n.º 180 H 16-1
4250 - 271 PORTO

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Plaza Manuel Rodrigo, n.º11, Lote D - 3º A - 28043 Madrid - Espanha
ESPANHA

Nome/Firma: ELMIRO AUGUSTO MADUREIRA RODRIGUES DE SOUSA
NIF/NIPC: 161367453
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Campo 24 de Agosto, n.º129, 5º andar, escritório 501
4300 - 503 PORTO

Nome/Firma: ANA MANUEL LOPES PACHECO TEIXEIRA
NIF/NIPC: 205954030
Cargo: Relatora e Revisora Oficial de Contas do Conselho Fiscal
Residência/Sede: profissional em Rua Alberto Pimenta, nº39, 6º Hab.3
4470 - 005 MAIA

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: MARIA DANIELA DA SILVA DE SOUSA FREITAS LICKFOLD DA SILVA
NIF/NIPC: 190976802
Cargo: Revisora Oficial de Contas, suplente do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Rua Cândida Sá Albergaria, 54, Hab.35
4150 - 183 PORTO

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio a iniciar-se em 01/10/2011 e a terminar em 30/09/2013
Data da deliberação: 09 de setembro de 2011

Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Ajudante, Ligia Maria Barbosa Oliveira Gigante Pinheiro

An. 1 - 20120213 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Ajudante, Ligia Maria Barbosa Oliveira Gigante Pinheiro

Insc.5 **AP. 59/20131112 13:01:04 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, 113
4050 - 350 Porto

Nome/Firma: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, 113
4050 - 350 Porto

Nome/Firma: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Eng. Machado Vaz, 180 H 16-1
4250 - 271 Porto

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Plaza Manuel Rodrigo, 11, Lote D - 3º A - 28043 Madrid - Espanha
Espanha

Nome/Firma: ELMIRO AUGUSTO MADUREIRA RODRIGUES DE SOUSA
NIF/NIPC: 161367453
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Campo 24 de Agosto, 129, 5º andar, escritório 501
4300 - 503 Porto

Nome/Firma: PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA
NIF/NIPC: 510143210
Cargo: Vogal, rep. por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira (ROC 1414)
Residência/Sede: Rua 5 de outubro, 2825, Lj 8, Avintes
4430 - 804 V.N.Gaia

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: MARIA DANIELA DA SILVA DE SOUSA FREITAS LICKFOLD DA SILVA
NIF/NIPC: 190976802
Cargo: suplente do Conselho Fiscal (ROC n.º1489)
Residência/Sede: Rua Cândida Sá Albergaria, 54, Hab.35
4150 - 183 Porto

Prazo de duração do(s) mandato(s): 01/10/2013 a 31/12/2014
Data da deliberação: 30 de setembro de 2013

Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Conservador(a), João Alexandre T. Oliveira

An. 1 - 20131118 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Conservador(a), João Alexandre T. Oliveira

Insc.6 **AP. 2/20150306 09:31:18 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente
Residência/Sede: Rua Infanta D. Maria, 113
4050 - 350 PORTO

Nome/Firma: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Vogal
Residência/Sede: Rua Eng. Machado Vaz, 180 H 16-1
4250 - 271 PORTO

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Plaza Manuel Rodrigo, 11, Lote D - 3º A - 28043 Madrid
ESPANHA

Nome/Firma: ELMIRO AUGUSTO MADUREIRA RODRIGUES DE SOUSA
NIF/NIPC: 161367453
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Campo 24 de Agosto, 129, 5º andar, escritório 501
4300 - 503 PORTO

Nome/Firma: PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA, representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira, ROC
NIF/NIPC: 510143210
Cargo: Vogal ROC
Residência/Sede: Rua 5 de Outubro, nº 2825 - Loja 8
4430 - 804 AVINTE VNG

Nome/Firma: MARIA DANIELA DA SILVA DE SOUSA FREITAS LICKFOLD DA SILVA
NIF/NIPC: 190976802
Cargo: ROC suplente
Residência/Sede: Rua Cândida Sá Albergaria, 54 - Hab. 35
4150 - 183 PORTO

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio de 2015/2016
Data da deliberação: 30 de dezembro de 2014

Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Ajudante, Fernando Teixeira Pires

An. 1 - 20150311 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial do Porto
O(A) Ajudante, Fernando Teixeira Pires

Av.1 **AP. 2/20151223 14:26:26 UTC - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTA**

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ELMIRO AUGUSTO MADUREIRA RODRIGUES DE SOUSA
NIF/NIPC: 161367453
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Causa: destituição
Data: 28.10.2015

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

An. 1 - 20160108 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

Insc.7 **AP. 3/20151223 15:49:22 UTC - DESIGNAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO, DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ALFREDO CARLOS MONTEIRO DOS SANTOS
NIF/NIPC: 136553940
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Praceta da Rasa, 61, hab. 2.3
4400 - 348 Vila Nova de Gaia

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso
Data da deliberação: 28.10.2015

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

An. 1 - 20160108 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

Insc.8 **AP. 3/20170214 14:56:25 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal

Nome/Firma: JOSE MANUEL DE PINHO ALVES COELHO
NIF/NIPC: 192549553
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Passeio do Báltico, 43, Ap. 12A
1990 - 036 Lisboa

Nome/Firma: PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA
NIF/NIPC: 510143210
Cargo: Vogal ROC

Nome/Firma: MARIA DANIELA DA SILVA DE SOUSA FREITAS LICKFOLD DA SILVA
NIF/NIPC: 190976802
Cargo: ROC suplente

Prazo de duração do(s) mandato(s): 2017/2018
Data da deliberação: 23.12.2016

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

An. 1 - 20170220 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira

O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

Insc.9 **AP. 4/20170214 15:07:10 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente

Nome/Firma: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente

Nome/Firma: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Vogal

Prazo de duração do(s) mandato(s): 2017/2018
Data da deliberação: 22.12.2016

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

An. 1 - 20170220 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Ajudante, Jose Oliveira Santos

Insc.10 **AP. 1/20181214 12:14:50 UTC - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**

Artigo(s) alterado(s):

Reformulação integral

DENOMINAÇÃO: FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA
Distrito: Porto Concelho: Porto Freguesia: Paranhos

Estrutura da administração: compete a um conselho de administração composto por 3 ou 5 membros, sendo sempre presidido pelo instituidor primeiro subscritor da escritura constituinte, ou na sua falta, pelo sucessível conjuge ou, na falta deste, pelos descendentes ou quais exercerão a presidência de forma alternanda ou rotativa, começando pelo mais velho.
Estrutura da representação: compete a a um conselho executivo que é o orgão de gestão corrente da Fundação composto de 3 membros
Estrutura da fiscalização: compete a por um conselho composto por 3 membros
Duração dos mandatos: Designação bienal
Forma de obrigar: Pela intervenção do Presidente do Conselho de Administração ou do Vice-Presidente na ausência do Presidente.

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

An. 1 - 20181218 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

Insc.11 **AP. 3/20190117 12:32:40 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: SALVATO VILA VERDE PIRES TRIGO
NIF/NIPC: 129057444
Cargo: Presidente

Nome/Firma: MARIA MANUELA GUEDES ROMBERT SOARES TRIGO
NIF/NIPC: 144964864
Cargo: Vice-Presidente

Nome/Firma: NADINE STELLA ROMBERT TRIGO
NIF/NIPC: 192100220
Cargo: Vogal

Prazo de duração do(s) mandato(s): 2019/2020
Data da deliberação: 31.12.2018

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

An. 1 - 20190128 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

Insc.12 AP. 4/20190117 12:38:12 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ARMENIO ANTUNES BELO DA SILVA
NIF/NIPC: 114609241
Cargo: Presidente do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Passeio das Musas, n.º 16, 2º direito
1990 - 001 Lisboa

Nome/Firma: JOSE MANUEL DE PINHO ALVES COELHO
NIF/NIPC: 192549553
Cargo: Vogal do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Rua da Liberdade, n.º 2
3025 - 006 Coimbra

Nome/Firma: ANA MANUEL LOPES PACHECO TEIXEIRA
NIF/NIPC: 205954030
Cargo: Relator do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Rua Alberto Pimenta, n.º 39, 6º, hab. 3
4470 - 005 Maia

Prazo de duração do(s) mandato(s): 2019/2020
Data da deliberação: 31.12.2018

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

An. 1 - 20190128 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

Av.1 AP. 1/20200218 16:22:58 UTC - CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTA

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: ANA MANUEL LOPES PACHECO TEIXEIRA
NIF/NIPC: 205954030
Causa: Renúncia
Data: 29.01.2020

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

An. 1 - 20200220 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

Insc.13 **AP. 2/20200218 16:22:58 UTC - DESIGNAÇÃO, EM SUBSTITUIÇÃO, DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL**

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: RUI DE SA PEREIRA DA SILVA
NIF/NIPC: 161257909
Cargo: Vogal Relator do Conselho Fiscal
Residência/Sede: Rua Afonso Baldaia, n.º 781, habitação 401
4150 - 018 Porto

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato 2019/2020
Data da deliberação: 29.01.2020

Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

An. 1 - 20200220 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Santa Maria da Feira
O(A) Conservador(a), em substituição, Antonina Moreira dos Santos

Certidão permanente subscrita em 28-01-2019 e válida até 28-04-2023

Fim da Certidão

Nota Importante:
Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.